

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: IMPRECISÕES E LIMITES

Armando de Melo Lisboa

UFSC

Em geral se aponta a autogestão – que corresponde à democracia na economia – como a característica central e definidora da economia solidária. Sem dúvida que a autogestão é uma característica que qualifica a economia solidária, porém é preciso admitir que ela não somente é uma condição insuficiente, como também pode ser um elemento não necessário para definir o caráter solidário duma atividade econômica. Essa é a questão em debate nesta Pensata, que principia com uma apresentação a respeito da economia solidária, para em seguida analisar quatro fatores que limitam a presença da autogestão dentro da economia solidária, encerrando a seguir com uma breve indicação de critérios para avaliar a efetividade da solidariedade num empreendimento.

NO QUE CONSISTE A ECONOMIA SOLIDÁRIA?

A expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos.

Essa outra economia configura um imenso campo que possui uma grande diversidade. As práticas se encontram dispersas e fragmentadas. A partir do momento em que o conceito “economia solidária” se consolidou, na última década, constitui-se num aglutinador de todo um campo de atividades, possibilitando articulá-las com outras experiências em torno dum amplo movimento social. No Brasil, um fruto do movimento da economia solidária é o surgimento da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

É fundamental perceber que os empreendimentos de economia solidária se encontram no mercado. Por estar no mercado, a economia solidária está sujeita ao fetichismo das mercadorias, tendo que cuidar de *design* e *marketing*.

Não estamos, portanto, nos referindo a um setor não mercantil e não monetário, como a economia da dádiva. Também não estamos falando dum setor não lucrativo, como o terceiro setor. O aspecto central da economia solidária não é a sua não-lucratividade, até porque a dimensão do lucro – ainda que renomeado como resultado, sobras ou excedente – está presente nas suas expressões mercantis. Para deixar bem claro, o lucro é, fundamentalmente, uma dimensão que permite auferir e avaliar a eficiência das atividades econômicas mercantis.¹ Sua presença possibilita a ca-

pacidade dum empreendimento de reinvestir em si mesmo, se renovar e expandir, define a sustentabilidade duma atividade econômica e sua vida dinâmica.

Dessa forma, é preciso realçar que uma das originalidades da economia solidária é estar no mercado sem se submeter à busca do lucro máximo, como se evidencia pela prática do preço justo pelos seus empreendimentos. O novo campo das finanças solidárias – que está democratizando o crédito – também permite ver bem claramente o que foi afirmado: a preocupação com a rentabilidade econômica não se exclui, mas suas operações se pautam pelo respeito aos valores éticos e humanistas. Quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica, então essa empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil. Essa é a novidade da economia solidária.

É característico das atividades econômicas que estamos tipificando como solidárias o fato de a acumulação material que aportam estar submetida a limites, sem deixar de possibilitar a reprodução ampliada da vida, ou seja, a melhoria das condições de vida. Para enfatizar esse ponto, não estamos falando da reprodução simples de mercadorias, de atividades meramente de subsistência, duma economia pobre para pobres, duma “economia de sobrevivência

nas catacumbas”. Trata-se duma outra economia que se confronta com os interesses da reprodução do capital e do poder, duma outra economia que contribui para o avanço civilizatório de duas formas. Primeiramente pelo desenvolvimento das forças produtivas, duma forma sustentável a longo prazo que se traduz em economias internas pela eliminação de atravessadores, obtendo-se menores custos de produção e maior capacidade de acumulação. E, segundo, por gerar um novo padrão de relacionamento humano.

A novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita em torno da idéia de “solidariedade”. Na economia solidária, solidariedade não é um mero adjetivo. É central e dá nova forma à lógica e ao metabolismo econômico. Como a economia solidária incorpora a solidariedade, fazendo dela o centro da atividade econômica, a denominação socioeconomia solidária é mais adequada, pois explicita tanto o amálgama da economia na sociedade quanto sua subordinação a ela. A expressão socioeconomia aponta para a compreensão de que a economia não é o fim supremo, mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana.

Para precisar a importância do elemento mercantil desprovido do impulso maximizador, é importante relembrar que uma empresa tipicamente capitalista busca apenas o máximo lucro por meio da organização racional do capital e do trabalho, e não de forma aventureira, como esclarece Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Milton Friedman² afirma que há uma e apenas uma responsabilidade social para o capital, seu aumento por meio da acumulação de lucros, sem compromissos com o lugar onde está

contingentemente. O lucro se tornaria um fim em si mesmo, desprovido de qualquer caráter eudemonista ou hedonista, o que transcenderia o bom senso comercial. Como afirma Max Weber com propriedade, trata-se dum *ethos*, duma mentalidade, duma cultura, dum espírito. Esse atributo do capitalismo foi descrito por Karl Polanyi como desincrustamento da esfera da economia: separação da economia das dimensões culturais, políticas e éticas, conferindo-lhe autonomia, mas também privando-a de seu caráter substantivo.

A manifestação da economia solidária permite não mais identificarmos a empresa moderna com a empresa capitalista socialmente autista. Pelo contrário, esta última progressivamente passa a ser vista como sinal de épocas primitivas, como inadequada aos tempos presentes que exigem que uma empresa seja cidadã – que tenha responsabilidade social e ambiental –, que exigem a maximização não das margens de lucro, mas do bem-estar e da qualidade de vida. Isso converge com parte das mudanças socioculturais contemporâneas que inauguram uma situação de pós-escassez, de ruptura com o produtivismo. Essa situação surge quando as pessoas, percebendo os processos econômicos como ameaçadores, optam por deixar de maximizar retornos. Isso foi prenunciado por Illich como “contraprodutividade moderna”: mais pode ser pior. Um exemplo pode ser encontrado na preocupação com o crescente número de automóveis em áreas urbanas, que passa a ameaçar as próprias cidades de autodestruição.

O contraste com a economia capitalista nos permite precisar melhor o que é a economia solidária e seu caráter anticapitalista. Cabe não perder de vista o elemento central que caracteriza o âmago da economia solidária: ela não está prisioneira da lógi-

ca do capital, da míope corrida pela valorização do valor. A lógica do valor em busca duma valorização desmesurada é a do “quanto mais tenho, mais quero”, que historicamente substituiu o princípio do “suficiente me basta”. Caso contrário, o capitalismo continuaria a se reproduzir e engoliria a economia solidária, como ocorreu com o cooperativismo.

As experiências de cooperação entre produtores e/ou consumidores que se proclamam alternativas, quando não pautam a mudança do estilo de vida e a ruptura com o produtivismo na sua agenda, acabam por ficar prisioneiras do *ethos* capitalista. Ainda que necessários, os valores da autonomia, cooperação, democracia ou mesmo do consumo solidário não são suficientes para quebrar o espírito capitalista e subordinar, assim, o mercado às finalidades supremas da sociedade. É o desafio ético, de construir novos estilos de vida, de assumir a prática do consumo solidário incorporando o valor da austeridade, de buscar uma *oikonomia* que articule eficiência com suficiência.

Aristóteles corretamente anteviu em seu livro *Política*, na sua crítica à crematística,³ que a ilusão da cobiça – achar que o dinheiro pode comprar meios de vida infinitos – levaria à destruição do bem viver. A máxima de Gandhi ganha realce hoje: “Há no mundo o bastante para todos, mas não para a ganância de poucos”. O desenvolvimento estava fundado na crença de que poderia ser universalizado no espaço e durável no tempo. Esse mito hoje se desmascara, pois sabemos que o desenvolvimento não é para todos (crise de justiça) nem é sustentável (crise da natureza). O crescimento pelo crescimento, tal como definido pela dinâmica capitalista da reprodução ampliada (D-M-D’), é a ideologia da célula cancerosa.

Em virtude de o “capital ontologicamente funcionar como *ens causa sui*, isto é, como Deus”,⁴ o capitalismo transformou meios em fins. Subordinar os meios aos fins requer uma mutação no curso da civilização, que já está ocorrendo. Atualmente se exige, cada vez mais, pensar o econômico juntamente com a discussão sobre os fins. Muitos são os que buscam a reintrodução da perspectiva ética na economia.

Demonstrou Karl Polanyi⁵ que no passado a submissão da sociedade (da terra, do trabalho e do dinheiro) aos “moinhos satânicos” (domínio do valor) realizou-se no contexto de uma grande transformação, na qual a grande indústria deformou o próprio “caráter do homem”, transformando a “substância humana e natural da sociedade em mercadorias”. Do mesmo modo, Polanyi explicitamente defende que contemporaneamente uma reestruturação do paradigma econômico se situa, no essencial, no horizonte ontológico, supondo uma mutação radical nas motivações humanas (uma “reforma da consciência humana”) em que o móvel da ganância seja substituído pelo da convivialidade. Trata-se de um enfrentamento ético com o ídolo do mercado, o qual, adquirindo o *status* de “uma religião secular”, está imbuído do “credo fervoroso” na “salvação secular do homem por meio de um mercado auto-regulável” (conf. capítulo 12: “O nascimento do credo liberal”).

Para Polanyi, a chave para alcançar a liberdade numa sociedade complexa radica no “nível moral ou religioso”. Como as instituições são materializações de significado e dos propósitos humanos, qualquer reforma institucional será inútil se não for acompanhada pela reforma do espírito, se não possuir uma inspiração espiritual.

Por isso, o autor encerra *A grande transformação* com estas afirmações:

Temos invocado o que consideramos serem os três fatos constitutivos da consciência do homem ocidental: o conhecimento da morte, o conhecimento da liberdade, o conhecimento da sociedade. O primeiro, segundo a tradição judia, foi revelado na história do Antigo Testamento. O segundo, pelos ensinamentos de Jesus Cristo tal como nos mostra o Novo Testamento. A terceira revelação surgiu porque vivemos em uma sociedade industrial. Nenhum grande nome histórico está ligado a ela. Possivelmente Robert Owen é quem esteve mais próximo de converter-se em seu porta-voz. É esta revelação – o conhecimento da sociedade – o que constitui a consciência do homem moderno. (POLANYI, 1980, p. 251).

Nessa invocação de Robert Owen, presença recorrente ao longo da sua obra, Polanyi resgata não apenas a tradição socialista romântica, mas uma outra forma de compreender a economia política que foi desprezada pela escola clássica. Se para o liberal a idéia da liberdade degenera na simples defesa da livre empresa, o socialismo real em vão prometeu um reino de liberdade, pois os meios determinam os fins. Citando F. Knight, “nenhum motivo especificamente humano é econômico”, Polanyi conclui sua grande obra, que antecipou em muitas décadas os grandes temas do debate atual: “Após um século de ‘desenvolvimento’ cego, o homem está restaurando o seu hábitat. Se a industrialização não deve extinguir a raça, ela precisa se subordinar às exigências da natureza do homem” (*ibidem*, p. 243).

Da perspectiva da socioeconomia solidária, é fundamental perceber que esta é impulsionada pelas novas tecnologias e pela crescente afirmação de

uma sociedade em rede. Uma lógica econômica que carece da adesão e da criatividade dos trabalhadores estimula formas de trabalho associativo e solidário, favorecendo também o papel das redes de pequenas e médias empresas. Como a produção econômica e a reprodução da vida tendem a se tornar indistinguíveis, a socioeconomia solidária é uma forma de enfrentar os desafios contemporâneos sem subterfúgios, afirmando uma economia vinculada diretamente à reprodução ampliada da vida de seus membros e não a serviço da lei do valor econômico.

Mais que ser uma “alternativa econômica”, uma busca de novas maneiras de produzir e acumular, a socioeconomia solidária está construindo uma nova experiência de ser não utilitarista e possessiva, uma nova ontologia. Ela se reconfigura como um “modo de vida”, ajustando-se a uma nova perspectiva de mudança social na qual a dimensão dos valores tem um papel fundamental. Temos na socioeconomia solidária a presença de uma certa ascese, pois rompe-se com o *ethos* capitalista de tipo produtivista e consumista. Ela se alinha com uma economia da simplicidade, como antevista por Anand Coomaraswamy, ao afirmar que “a civilização não consiste na multiplicação dos nossos desejos e dos meios de satisfazê-los, mas no refinamento da sua qualidade”.⁶

Se compararmos a vida com uma loja de doces para apetites cada vez mais vorazes, ela será marcada, para os que estão dentro da loja, por ambição, insensibilidade e por acessos de náusea e dores de estômago. Haverá também o medo dos que estão do lado de fora, sem dinheiro, e do outro lado da vitrine, olhando avidamente. Sentirão raiva, ódio, inveja, fome e auto-reprovação. Tudo depende apenas do lado da vitrine em que nos encontremos.

mos. Para interromper a corrida ao consumo, “não basta oferecer a todos a oportunidade de participar. Se a noção de finitude não for reintroduzida na agenda da vida, [...] pouco se conseguirá, ainda que se adotem as medidas redistributivas mais radicais”.⁷

Construir uma economia mais justa implica construir novos estilos de vida, significa reestruturar o paradigma econômico de forma a romper com o móvel da cobiça e com o ídolo do mercado. Para isso carecemos de novos referenciais que rompam com o economicismo e possibilitem “amarar o arado a uma estrela” (Ralph W. Emerson).

OS LIMITES DA AUTOGESTÃO

A inelutabilidade das relações econômicas heterônomas

Karl Marx, ao distinguir entre os reinos da necessidade e da liberdade, não afirma que a autogestão na economia realiza o reino da liberdade, mas que, “no domínio da produção material, a liberdade se reduz a trabalhar o mais dignamente, o mais eficazmente e, portanto, o menor número possível de horas”.⁸

Em face da complexidade crescente da moderna divisão do trabalho, na qual grande parte das atividades especializadas é predeterminada, nunca poderemos suprimir completamente as relações heterônomas no seio do processo econômico. Atualmente, o trabalho profissional envolve saberes especializados e se insere numa cultura cada vez mais técnica e numa complexa divisão macrossocial de tarefas. Isso engendra sempre um traço de alienação, que não se pode eliminar, inscrita de forma irreversível nas forças produtivas, ou seja, a alienação do trabalho não se reduz à sua condição de mercadoria, nem seria

revogada se esta pudesse ser abolida. Sempre permanecerá uma dimensão de heteronomia, inclusive nas atividades produtivas autônomas, pois estarão predeterminadas por um sistema, não podendo ser livremente estabelecidas, pois não há possibilidade de escolha, de rechaçar sua função produtiva e optar por se liberar do trabalho. André Gorz caracteriza isso como autonomia na heteronomia. O trabalho em grupos autônomos não suprime a heteronomia, apenas a desloca. Em outras palavras, no contexto da megamáquina da vida moderna, não há a possibilidade de autogestão do processo social de produção em seu conjunto e nem mesmo nas grandes unidades técnicas que o compõem.

Como não existimos independentes do nosso entorno, a autonomia sempre é relativa, é autonomia na heteronomia, é autonomia dependente, como afirma Edgar Morin. Autonomia e heteronomia coexistem. A autonomia absoluta é autismo, anomia, e a heteronomia plena é alienação, impotência, servidão. É o paradoxo da auto-organização com auto-limitação: para ser autônomo é necessário depender do mundo externo. Claude Lefort esclarece que uma sociedade inteiramente regida pelo princípio da autogestão é inconsistente e despótica, pois nela o poder coincidiria totalmente com a sociedade, formando uma unidade que dissolveria todas as diferenças, ocultando e negando a pluralidade, a fragmentação e a heterogeneidade dos processos de socialização.⁹

A impossibilidade de eliminar a alienação do trabalho e de alcançar a liberação aponta para os limites de restringirmos o sonho da emancipação humana ao mundo do trabalho. Não cabe imaginar que o projeto duma socioeconomia solidária englobe e possa realizar todas as possibilidades duma vida livre e digna. Isso

significa que se trata de lutar também pela liberação do trabalho, pela ampliação do tempo livre por meio da redistribuição da quantidade residual de trabalho socialmente necessário entre o conjunto da população. Concretamente, aqui se insere a demanda de uma renda mínima vitalícia. Deve-se desvincular trabalho e renda.

De resto, não estamos aqui a reafirmar a utopia duma sociedade plenamente comunitária, simples, homogênea e transparente, nem a retomar a velha aspiração do trabalho enquanto atividade sem alienação, completamente autônoma. É Cornelius Castoriadis quem reconhece que nunca uma sociedade será totalmente transparente. Assim como a sociedade não pode coincidir com o mercado, também não pode ser absorvida pelo mundo da vida cotidiana. Neste novo milênio, em função dos seus trágicos resultados, parece que estamos mais vacinados contra os riscos da utopia da coincidência entre trabalho e vida, da completa autogestão social. Franz Hinkelammert, na obra *Crítica da razão utópica*, demonstra que não se trata de uma negação das utopias de emancipação social, mas da rejeição da conceituação transcendental de utopia presente no sonho da construção de uma sociedade perfeita, apoiada no mercado, no Estado ou na comunidade. É preciso reconhecer a incompletude e os limites do humano.

Os empreendimentos heterônomos não estão excluídos da lógica solidária

Há, portanto, um amplo leque de atividades econômicas centrais à vida moderna que não podem ser autogeridas. Seria impossível imaginar a autogestão dum aeroporto, porto, força policial e militar, tribunal, central hidrelétrica ou usina siderúrgica. Isso excluiria essas atividades de uma lógica solidária? Ora, mesmo atividades

dessa natureza podem e devem ser desenvolvidas sem exploração; ser eficientes sem se guiar pela busca da maximização do lucro. Podem e devem promover a coesão social, possibilitando a inserção de pessoas desfavorecidas; ser sustentáveis; respeitar a diversidade de culturas; assumir uma dinâmica de territorialização e de desenvolvimento local, empoderamento e estar sensíveis à dimensão de gênero. Então, nesses casos, essas atividades também deveriam ser denominadas socioeconomias solidárias, pois, ao incorporarem o espírito da solidariedade para com o outro, com o diferente e com o todo, propiciam o surgimento dum tecido social anticapitalista.

A autogestão não é suficiente para romper com o comportamento capitalista

É importante notar que mesmo as atividades autogeridas, apesar de serem democráticas, não têm garantias de escapar à lógica do capital. Essa é uma das grandes lições históricas dos movimentos cooperativistas e autogestionários. Luis I. Gaiger esclarece que “a natureza não capitalista duma organização econômica não se mede com segurança pelo caráter coletivo do seu sistema de propriedade”.¹⁰

A existência formal da propriedade coletiva e/ou estatal dum empreendimento não garante a eliminação de relações de classe e a exploração. Em inúmeros casos, a igualdade jurídica na propriedade da empresa e seus mecanismos formais de representação e participação encobrem uma imensa desigualdade interna entre gestores e trabalhadores, visualizada nos grandes desníveis dos rendimentos. O fato duma atividade ser economicamente sustentável e autogerida não a qualifica como parte dum outro modo de produção, nem a torna mais desejável ou aceitável.

O trabalho emancipado não se reduz ao efetuado associadamente

Além disso, as atividades coletivas não esgotam todas as possibilidades da emancipação humana. Isso decorre não apenas do fato de que os vínculos sociais serem híbridos, compostos de doses variadas de altruísmo, pragmatismo e utilitarismo. Também não existe uma única resposta aos desafios da gestão econômica, que admite uma pluralidade de formas e princípios, entre as quais o trabalho autônomo. Se limitássemos os empreendimentos solidários aos constituídos grupalmente, excluiríamos a crescente parcela de técnicos, artistas, consultores e operários que atuam individualmente. O trabalho emancipado não se reduz ao efetuado associadamente.

CRITÉRIOS PARA AVALIAR A SOLIDARIEDADE NUMA EMPRESA

Como visto, o aspecto central da economia solidária não é a autogestão, ainda que sem essa característica, na maioria dos casos, a economia solidária fique irreconhecível. Mas, se a autogestão não é condição para constituir o campo da economia solidária, afinal como avaliar a efetividade da solidariedade dentro da economia?

Para saber se um empreendimento pertence à socioeconomia solidária, faz-se necessário construir indicadores em três níveis: ambiental, social – de forma a avaliar o vínculo entre as pessoas – e econômico, de modo a vislumbrar o metabolismo interno da empresa, bem como o sentido da sua vida econômica.

Com relação aos indicadores ambientais, reafirmamos aqui os clássicos indicadores de sustentabilidade, como a gestão de água e resíduos e o uso eficiente dos recursos conforme

sua capacidade de reposição, no caso de atividades extrativas.

No caso dos indicadores sociais, entendemos que cabe averiguar as seguintes dimensões:

- Quais valores são predominantes (instrumentais ou substantivos; competitivos ou solidários)?
- O empreendimento permite o fortalecimento da identidade e do processo de empoderamento local? Como se incorporam as dimensões de etnia e gênero dentro da empresa? É fundamental verificar os rendimentos auferidos por gênero e etnia. Poder-se-iam construir aqui alguns indicadores culturais.
- Ocorre a inserção de pessoas excluídas? Qual a condição de saúde dos trabalhadores? Que doenças são encontradas? Em que condições vivem?

Quanto às informações econômicas, é fundamental verificar os seguintes pontos:

- Presença de exploração do trabalho. Isso se observa por meio da diferença nos rendimentos entre dirigentes e trabalhadores, pela percentagem de trabalhadores assalariados, pelo ritmo do trabalho, pelo tempo trabalhado (horas, dias, etc.) e pela presença de trabalho infantil.
- Como se dá a repartição do excedente? Possibilita-se a formação e qualificação dos trabalhadores? Existe a formação de fundos destinados à educação dos membros do empreendimento? Existe investimento em P&D voltado para a melhoria das condições de trabalho?
- Qual o grau de participação dentro da empresa? A propriedade desta é individual ou coletiva? Existe processo coletivo de decisão? Como se dá a circulação de informações? Há transparência na gestão, bem como rotatividade de funções? Que funções existem? Vigê o princípio “quem suja limpa”?

- Avaliar a territorialidade, ou seja, o compromisso que a firma tem com seu território circundante. Qual a porcentagem de utilização de recursos locais? Há participação de natureza sociopolítica nas redes locais?
- Ocorre a intercooperação? Que alianças e parcerias político-econômicas existem? Qual a porcentagem da cadeia produtiva vinculada às redes de empreendimentos solidários?
- Praticam-se preços justos? Ocorre a prática de consumo responsável e solidário? Aqui cabe verificar toda a cadeia produtiva em que se insere a empresa, avaliando se os produtos que ela manipula foram produzidos por meio de trabalho degradante e/ou de espoliação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A socioeconomia solidária não é movida nem pela rentabilidade máxima do capital, nem pela exacerbação do interesse individual. Isso permite a ela repor o sentido originário da economia – cuidado da casa, porém sem perder o outro sentido mais vulgar – economizar, usar racionalmente os recursos,¹¹ fazer melhor com menos tempo e recursos. Esse deveria ser o sentido emancipacional e civilizatório das economias de tempo advindas do desenvolvimento tecnológico, propiciando trabalhar menos e viver melhor.

O solidarismo das práticas da economia solidária, ao unir o emocional com o econômico, a competição com a cooperação, está indicando uma outra racionalidade que, ao contrapor-se ao *ethos* capitalista, permite à sociedade se reapossar da economia, possibilitando a subordinação desta à sociedade. Em outras palavras, permite expressar a economia não mais como o fim supremo, mas apenas como um instrumento que tem por

finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana.

A socioeconomia solidária conjuga de forma inovadora os dois sentidos do aspecto econômico: o substantivo e o instrumental. Não se trata apenas dum cruzamento de lógicas da competição e da solidariedade, mas da reformatação da lógica mercantilista numa nova lógica econômica que amalgame o econômico e o social. Ela é uma economia dinâmica e inovadora que também possibilita uma reforma social, em direção a uma sociedade justa.

Como Max Weber vislumbrou, o crescente processo de racionalização, envolvendo o cálculo, a racionalidade instrumental e o desencantamento do mundo, engendrou um *ethos* capitalista que deságua no produtivismo e no consumismo. Analogamente, podemos dizer que atualmente a socioeconomia solidária faz parte duma revolução paradigmática que gera um novo estilo de vida e gesta um novo espírito adequado a uma nova civilização. A socioeconomia solidária se entrelaça com o feminismo. As mulheres são majoritárias na economia solidária. Adicione-se o despertar da agroecologia, da permacultura, e o revigoramento das formas familiares de produção agrícola, expressões do contramovimento de defesa da sociedade diante do fundamentalismo de mercado. São partes duma transição paradigmática e de civilização. A socioeconomia solidária é sinal dum outro paradigma produtivo, estando bem sintonizada com as novas possibilidades organizacionais. É portadora duma outra visão sobre o progresso, de novas formas de viver e se relacionar, sobre o aspecto político e sobre a aliança da humanidade com a natureza.

Para efetivamente se configurar uma outra economia, não é suficiente apenas a organização autogestionária. A socioeconomia solidária não diz

respeito somente a processos organizativos intra-econômicos, nem aponta somente para o Estado ou para processos políticos, embora sejam fundamentais. Essa é outra característica bem conhecida da socioeconomia solidária enquanto um movimento social: trata-se de um conjunto de atividades que simultaneamente articulam tanto a luta política quanto a geração de renda, repondo a economia política negada pelos neoclássicos na revolução marginalista. Entretanto, se não houver uma transformação pessoal, cultural, uma ruptura com o espírito do capitalismo, não haverá substrato para uma outra racionalidade econômica senão a capitalista. Cada um de nós é parte do problema e da solução.

O colapso das redes de *trueque* na Argentina¹² aponta para os limites da socioeconomia solidária. Ela se constrói com base na confiança e na mudança de valores. Ora, o ritmo de crescimento da socioeconomia solidária não coincide com o ritmo do desespero dos excluídos. A solidariedade só é verdadeira se nasce da adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo, apenas como resultado de políticas estatais. A socioeconomia solidária depende, primariamente, da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade.

Aos poucos nos damos conta de que, além das frentes política e econômica, ainda temos o enfrentamento ético-cultural. É interessante recordar que muitos dos que hoje participam do movimento da socioeconomia solidária vieram duma tradição onde o central era o aspecto político com foco no Estado. Atualmente, estamos cada vez mais adentrando o plano da economia, buscando nos organizar economicamente de forma diferente. O próximo passo já está sendo dado: trata-se de penetrar no campo da cultura e da ética. Aliás, a crescente in-

distinção pós-moderna entre o econômico e o cultural é também outra característica da socioeconomia solidária, na qual se observa um entrelaçamento profundo entre a economia e a cultura. A socioeconomia solidária se enraíza no artesanato e nas economias com identidades locais e regionais. Isso explica por que em suas feiras sempre há manifestações culturais e artísticas.

Podemos afirmar que a socioeconomia solidária configura um outro modo de produção, com potencial civilizador superior ao do capitalismo, que hoje trava cada vez mais as possibilidades existentes de evolução humana, ampliando as possibilidades de desenvolvimento tanto no plano das forças produtivas quanto no das relações humanas; materializando novas relações produtivas e apoiando as novas forças produtivas provenientes da atual revolução tecnológica, sendo um conjunto de atividades econômicas libertas do caráter capitalista. Isso ocorre porque o modelo de vida dos países ricos não pode ser estendido a toda humanidade, e a economia atual não tem perspectivas de integrar nossas sociedades, sendo, ao contrário, excludente e multiplicando no mundo os sinais de barbárie.

Portanto, cabe afirmar que a socioeconomia solidária constitui um novo modo de produção, pois se trata de novas relações tanto na produção quanto na repartição do excedente. Essa conclusão está de acordo com o uso mais genérico que Marx fez da expressão modo de produção, concei-

to que utilizou para definir as relações entre os homens na produção e apropriação do excedente.

A socioeconomia solidária é parte duma profunda transformação, é uma outra racionalidade, uma nova utopia. Porém, ela não é uma nova panacéia redentora da humanidade. Há muitos desafios a serem enfrentados para consolidá-la, por ser um movimento ainda extremamente frágil e nascente. Para além dela, há que continuar a lutar pela democratização da terra, da mídia e do acesso à riqueza independentemente de termos ou não trabalho.

Sem dúvida a socioeconomia solidária é sinal de esperança. Porém, se a inflarmos demasiadamente, corremos o risco de não corresponder às imensas expectativas e gerar uma imensa frustração. Os perigos que ela enfrenta são proporcionais à sua condição de nova utopia. Os riscos são tão grandes quanto os sonhos despertados na maioria de miseráveis e em todos nós, que não vendemos nossa alma ao capital.

NOTAS

¹ Isto é conforme o sentido mais vulgar de lucro. Em verdade, estamos recuperando a noção de que todos os sistemas econômicos se caracterizam pela produção de excedente, que no capitalismo assume a forma de lucro. Portanto, não estamos nos referindo ao lucro como remuneração do capital, como classicamente a economia política o definiu.

² FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 122.

³ Crematística (ou ciência das riquezas, do grego *krema*, riqueza.) é o vocábulo utilizado por Aristóteles para designar as atividades orientadas meramente para a especulação e acumulação de mais dinheiro. Assim, Aristóteles distinguiu-as das formas de acumulação de riqueza voltadas para obtenção dos recursos necessários à vida e úteis à comunidade, as quais denominou de "economia".

⁴ GORZ, A. *Miserias del presente, riqueza de lo posible*. Buenos Aires: Paidós, 1998. p. 126.

⁵ POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

⁶ COOMARASWAMY, A. *apud* SETHI, H. Swadeshi em debate na Índia. In: SANTOS, B. (Org.). *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 152.

⁷ BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 189.

⁸ GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 116.

⁹ LEFORT, C. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁰ GAIGER, L. I. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 397.

¹¹ Esta popular compreensão foi captada pela teoria econômica neoclássica na forma dum pensamento formalizado que não se pergunta sobre os fins e o sentido da atividade produtiva.

¹² A partir de 1995 formaram-se na Argentina clubes de troca onde se realizam feiras orientadas pelos princípios da economia solidária, apenas com a intermediação de moedas sociais por eles cunhadas. Entre 2001 e 2002, com o colapso socioeconômico da Argentina e a subsequente queda do presidente De la Rúa, chegaram a existir mais de 10.000 desses clubes, com cerca de 5 milhões de pessoas. Entretanto, a falsificação dessas moedas e disputas políticas geraram rápida perda da confiança e uma veloz desintegração desse outro mercado.

Pensata convidada. Aprovada em 10.05.2005.

Armando de Melo Lisboa

Professor do Departamento de Economia da UFSC. Doutor em Sociologia Econômica pela Universidade Técnica de Lisboa.

Interesses de pesquisa nas áreas de sociologia econômica e economia ecológica.

E-mail: alisboa@matrix.com.br

Endereço: Rua Marcos Cardoso Filho, 286, Florianópolis – SC, 88037-040.